

Nesse sentido, o caso dos emigrados na Europa constitui um exemplo claro de como a doença tem implicações além do biológico com as quais a medicina ocidental não se preocupa, repercutindo essa falha na eficácia dos tratamentos e da prevenção. Na realidade, não se trata apenas de melhorar a eficácia mas também de realizar um esforço de compressão e tolerância para com as culturas com as quais a europa ocidental, nesse caso a francesa, está em contato cada vez mais estreito. Esta atitude relativizante leva os autores a criticarem a antropologia por usar o conceito de “representação da doença”, já que consideram que tal noção implica a idéia de que a realidade é aquela definida pela biomedicina, e de que as outras terapias tradicionais apenas *representam*, de uma forma mais ou menos acertada e eficaz, essa realidade. Argumentam ainda que as representações são apenas o resultado de ações, de forma que a única forma coerente de abordar metodologicamente os fenômenos estudados é considerá-los em termos dessas últimas. No entanto, muitos trabalhos antropológicos consideram que a biomedicina é um sistema de conhecimento entre outros e que ela também representa e constrói, como os outros sistemas de conhecimento, sua própria realidade. Por outra parte, a relação entre representações e ações é muito mais complexa que aquela implicada por um simples princípio de causalidade. O livro todo é um estudo da forma em que as pessoas, com paradigmas diferentes da cultura científica ocidental, constroem suas representações sobre a Aids. Enfim, essa é a idéia que subjaz à obra, a qual não está tão distante da antropologia como se pretende.

Crenças e Curas

Alcantud, J. A. G. & Becerra, S. R. *Creer y Curar: la Medicina Popular*.
Diputación Provincial de Granada: Biblioteca de Etnología, 1996.

Oscar Calavia Sáez

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal de Santa Catarina

A Fundação Machado – uma instituição espanhola, com sede em Sevilha – já vem realizando há anos um valioso labor pastoril: congregar estudos desgarrados

ao largo de um tema vastíssimo e abrigá-los numa publicação considerável. O fez anos atrás com os três volumes de “La Religiosidad Popular” e o faz agora com o aqui resenhado, editado em colaboração com o Centro de Investigações Etnológicas Angel Ganivet, e fruto, como os anteriores de um amplo colóquio. A seleção não é regular na sua qualidade, nem poderia ser exaustiva, mas permite dar uma olhada ao pecúlio que foi acumulado, avaliar o seu volume e perceber o que está a faltar.

Nesse caso, a tarefa é mais arriscada que no anterior: a heterogeneidade do conjunto abordado é maior, a antologia mais breve. Em parte, *Creer y Curar* é um apêndice da trilogia religiosa, onde reencontramos a bruxaria ibérica (Lisón, Guio), a pluralidade religiosa em Centroamérica (Sanchís, Cantón) ou a cultura católica (Aguirre, Santaló, Rodríguez Becerra). A “cura” é um atributo das religiões, que cava seu espaço nessa coletânea, sem uma indagação específica, embora haja sugestões interessantes sobre formulações arcaicas da depressão ou sobre a matéria médica que se pode encontrar nas hagiografias do século XVII.

No geral, o volume se inscreve na chamada antropologia da saúde, da qual alguns artigos oferecem revisões gerais, com boas bibliografias (Menéndez, Pasqualino, Gómez García) e alguns esforços particulares de interpretação (Alcantud). Não falta um breve tratado sobre análise farmacológica de remédios tradicionais (Lanhers, Fleurentin, Mortier), sem dúvida valioso para uma profissão excessivamente leiga a esse respeito.

Como não poderia deixar de ser, o tema da eficácia simbólica é abordado por diversos ângulos: a crença do feiticeiro na sua própria magia (Guggino, a propósito da magia siciliana atual); as possíveis formulações fisiológicas (Gómez García) ou psicanalíticas (Dominguez Morano) dessa eficiência; ou enfim, numa contramão eventualmente “cínica”, a produtividade da cura em termos de crença (Cantón) ou a domesticação pelo simbolismo do caráter amplamente aleatório da cura (Alcantud).

O núcleo virtual do volume está constituído pelos artigos que situam no campo da medicina as análises comuns na bibliografia sobre cultura letrada e popular. Como sempre, invoca-se o “popular” para proceder depois a exorcismos minuciosos: no médico-popular se incluem sistemas absolutamente independentes (Mariño Ferro), e não de outro modo acontece na medicina profissional, cuja pluralidade ressaltam artigos tão diferentes como os de Fauve, Morano ou

Pasqualino. Outros questionam de ângulos diferentes o próprio conceito de medicina popular, carregado de falsos pressupostos (Menéndez) e criado por etnógrafos amadores que, muito comumente eram médicos de profissão, interessados em exagerar seu exotismo e em ocultar seus elos com a medicina oficial (Loux).

Alguns artigos em particular apresentam visões do “campo” terapêutico, permitindo estabelecer uma comparação entre os modos de construção da legitimidade do médico (Comelles) e do curandeiro (Briones); ou contemplar a manipulação das fronteiras entre o público e o privado que acontecem na prática terapêutica (Ribert), ou o conflito entre curadores tradicionais e integrismo islâmico em Marrocos (Ziou Ziou) ou, enfim, apreciar detalhes saborosos como essa arqueologia da caligrafia médica que consta na página 319.

E já que se falou em legitimidades, caberia perguntar com algum desânimo pelo destino da antropologia da saúde: estará para sempre fadada à repetição das mesmas análises nos mais diversos cantos do planeta, ou à pregação humanista num deserto global de prestidigitação médica e miséria sanitária?. Será suficiente pôr em questão aqui ou acolá a coerência da medicina acadêmica, acenar para a validade de algumas práticas alternativas, estabelecer alianças com setores humanistas da profissão médica?. Aparecem no livro vagos acenos (vejam-se as citações esparsas de Ivan Illich) para uma antropologia crítica da “nossa” medicina, mais sistemática, agressiva e detalhada. Nesse sentido, é difícil entender que num colóquio especializado nestes temas, falte qualquer reflexão sobre dramas centrais da medicina atual como a AIDS, ou a volta por cima de supostas derrotadas, como a tuberculose. A essa deficiência de fundo acrescentemos outra de tipo editorial: não há – fora a que os próprios textos filtram – informação sobre a profissão dos autores ou sobre a sua filiação institucional. Ambas ajudariam a entender esse mapa da reflexão crítica sobre um dos nossos fatos sociais “totais”.

De um extremo a outro o livro oferece um rico material etnográfico sobre curandeiros em contextos muito diferentes. Vale a pena notar que a prática é bastante comum para permitir tratamentos estatísticos (Fernández) e que uma comparação entre situações de 1890 e 1990 (Perdiguero) revela que mesmo depois de Pasteur, os antibióticos, a extensão da sanidade pública e a tecno-medicina, a cura continua longe de ser um monopólio dos médicos. Lida no Brasil, essa constatação tem um valor suplementar: reencontramos, num meio relativamente desenvolvido do ponto de vista social e sanitário, questões que costumamos

associar à precariedade, transitória ou não, dos países do Terceiro Mundo. Pode-se dizer que o contraste não é o máximo possível – de fato, os exemplos mediterrâneos predominantes no livro podem sugerir uma Europa imperfeita, um terceiro mundo dentro do primeiro. Mas isso seria facilitar aos representantes da biomedicina uma sempre cômoda retirada: limitar o campo de verificação de sua teoria, pretender que numa sociedade exata a medicina tenderia a ser uma ciência exata. Os antropólogos podem dizer que a inexatidão da medicina tem raízes muito mais profundas, mas seus estudos tendem a mergulhar em mazelas periféricas. Virar a lente para a medicina-espetáculo, para os grandes hospitais e as grandes faculdades talvez levaria a antropologia da saúde a questionamentos mais radicais.

Evolução e Moralidade

Rachels, J., 1991. *Created from Animals: The Moral Implications of Darwinism*. Oxford: Oxford University Press.

Ridley, M., 1996. *The Origins of Virtue: Human Instincts and the Evolution of Cooperation*. New York: Viking.

Wright, R., 1996. *O Animal Moral: Porque Somos como Somos*. A Nova Ciência da Psicologia Evolucionista. Rio de Janeiro: Campus.

Dennis Werner

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal de Santa Catarina

Os recentes avanços dramáticos na genética, neurociências e inteligência artificial têm estimulado maior interesse na evolução da mente. Refugiados de departamentos de antropologia, psicologia e sociologia têm se juntado a entólogos e outros para criar novos departamentos universitários na área da psicologia evolucionista onde trabalham temas como sexualidade, raciocínio, linguagem, violência e emoções como alegria, medo ou raiva.

Estes três livros sobre moralidade se enquadram dentro do paradigma da psicologia evolucionista, e como tal compartilham muitos pressupostos e dados. No entanto, os textos acabam abordando questões muito diferentes.

Os autores começam com esclarecimentos sobre o problema das ligações entre o que é, e o que deve ser. Todos rejeitam a visão idealista da unidade do Belo,